

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018

JOSÉ RENATO DAS CHAGAS, Prefeito Municipal de Portão/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal, sito à Rua 9 de Outubro, 229, centro, encontra-se aberta licitação na modalidade <u>PREGÃO PRESENCIAL</u>, do tipo <u>MENOR PREÇO POR ITEM</u>, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Municipal nº 1.663/05 e Decreto Municipal nº 409/05 e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, encerrando-se o prazo para o recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, no dia 7 de Junho de 2018, às 9h30min.

1 - DO OBJETO, ENTREGA e PAGAMENTO:

1.1 - Do Objeto:

1.1.1 - Constitui objeto da presente licitação, a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, compreendendo carne bovina, carne de frango, fiambreria e outros afins, destinados às escolas municipais de ensino fundamental e infantil, Quilombolas, EJA e Mais Educação, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação, conforme Termo de Referência constante do **Anexo I**.

1.2 - Da Entrega:

- 1.2.1 A licitante vencedora entregará os produtos parceladamente, até 14 de Dezembro de 2018, conforme programação e solicitação do Município, atendendo quantidades e prazos.
- 1.2.2 A licitante vencedora entregará os produtos diretamente nos estabelecimentos de ensino da rede municipal, perfazendo a distância aproximada de 70 km de deslocamento para as 24 (vinte quatro) escolas de ensino fundamental e de 20km de deslocamento para as 4 (quatro) escolas de ensino infantil, contados da sede administrativa do Município.
- 1.2.3 A licitante vencedora entregará os produtos em embalagens plásticas transparentes, seguindo rigorosamente as recomendações do Manual de Boas Práticas do Município.
- 1.2.4 Os produtos fornecidos pela licitante vencedora estarão sujeitos a vistorias periódicas, quanto a sua qualidade e apresentação (embalagem, sabor, textura, cor, composição e aparência em geral), atividade esta executada pela equipe de nutrição do Município, juntamente com membros do Conselho de Alimentação Escolar CAE, sendo que resultados negativos implicarão em penalidades à licitante.

1.3 - Do Pagamento:

- 1.3.1 Os pagamentos dos produtos entregues pela licitante vencedora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias pelo Município, sem qualquer correção, contados da entrega do pedido, mediante conferência e aceitação da Secretaria Municipal de Educação SEMECDT, em moeda vigente do país.
- 1.3.2 O valor a ser pago, corresponderá às quantificações entregues, em cada momento.
- 1.3.3 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:



2.1 - Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 (sete) deste edital, deve apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados:

MUNICÍPIO DE PORTÃO - RS PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018 ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA DE PREÇOS NOME DO LICITANTE:

MUNICÍPIO DE PORTÃO - RS PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018 ENVELOPE N° 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NOME DO LICITANTE:

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento de procuração, público ou particular e, neste caso, com firma reconhecida, contendo poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em representação da licitante.
- 3.1.1 O credenciamento junto ao Pregoeiro, também poderá se dar, através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado nos moldes do **Anexo II** deste edital, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.
- 3.2 O representante, sócio-gerente, ou diretor da empresa licitante, deverá apresentar documento estatuto, ata de eleição, contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, mediante cópia autenticada, inclusive para a comprovação da outorga dos poderes na supracitada procuração.
- 3.2.1 Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados fora e separadamente dos envelopes, acompanhados dos documentos de identidade dos credenciados. A apresentação do estatuto, ata de eleição, contrato social ou procuração, para fins de credenciamento, supre a necessidade da apresentação destes no envelope de habilitação.
- 3.3 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa, o qual deverá estar munido de cédula de identidade.
- 3.4 Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à presente licitação.

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

- 4.1 No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes n°s 1 (PROPOSTA DE PREÇO) e n° 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO).
- 4.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.
- 4.3 O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.



- 4.4 Em atendimento ao disposto no inciso VII, do Artigo 4°, da Lei Federal n° 10.520/02, o representante legal credenciado apresentará nos moldes do **Anexo III** deste edital, fora dos envelopes, declaração que sua representada cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no edital, sob pena de não-aceitação de sua proposta pelo pregoeiro.
- 4.5 Posteriormente verificado o não atendimento dos requisitos previstos para habilitação, conforme declaração apresentada na forma do item anterior, sujeitará a licitante às penalidades constantes deste edital.
- 4.6 A licitante que pretende se utilizar dos benefícios previstos nos Art. 42 à 45, da Lei Complementar nº 123/06, disciplinados no item 12 deste edital, deverá apresentar fora dos envelopes uma declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, preferencialmente nos moldes do Anexo IV deste edital.

5 - PROPOSTA DE PREÇO:

- 5.1 A proposta será apresentada preferencialmente em papel timbrado, datilografada ou impressa por meio eletrônico, em folhas seqüencialmente numeradas e rubricadas, obrigatoriamente sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, preferencialmente nos moldes sugeridos no **Anexo V** deste edital, e deverá conter:
- 5.1.1 Razão Social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para contatos;
- 5.1.2 Marca, preço unitário e total do item ofertado, com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula, expresso em reais. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor;
- 5.1.3 Entrega do produto conforme disposto no subitem 1.2, do edital;
- 5.1.4 Prazo de validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas;
- 5.1.5 Pagamento conforme disposto no subitem 1.3, do edital;
- 5.2 Na omissão dos dados especificados na alínea 5.1.1, do subitem 5.1, considerar-se-á o constante a documentação de habilitação e, no caso das alíneas 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5, os prazos estipulados neste edital, sem que importe em desclassificação da empresa.
- 5.3 A omissão de dados solicitadas na alínea 5.1.2, do subitem 5.1, importará a desclassificação da empresa.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 6.1 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.
- 6.2 Não havendo, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.



- 6.3 No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
- 6.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 6.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.
- 6.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 6.7 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 11 DAS PENALIDADES, deste edital.
- 6.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.9 Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 6.11 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 6.12 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço por item.
- 6.13 Serão desclassificados os itens das propostas financeiras que:
- 6.13.1 Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- 6.13.2 Contiverem opções de preços alternativos;
- 6.13.3 Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- 6.13.4 Apresentarem preços superiores ao estabelecido pelo Município ou manifestamente inexequíveis;
- 6.14 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- 6.15 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.



- 6.16 A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 13.1 deste edital.
- 6.17 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO:

7.1 - A licitante vencedora deverá apresentar no envelope da habilitação os seguintes documentos:

7.1.1 - Habilitação Jurídica:

- a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- b) Prova de inscrição da empresa no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidões comprovando a regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão Negativa de Débito comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;

7.1.3 - Regularidade Trabalhista:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, emitida pelo cartório distribuidor da sede do licitante, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da sessão pública.

7.1.5 - Qualificação Técnica:

a) Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal da licitante para exercer as atividades de comercialização e venda.

7.1.6 - Outros Documentos:

- a) Declaração assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7°, da Constituição Federal, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal n° 4.358/02, **Anexo VI**;
- b) Declaração assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, comprovando a inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do § 2°, do artigo 32, da Lei Federal n° 8.666/93, **Anexo VII**.



- 7.2 Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor do Município de Portão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.2.1 Na hipótese de autenticação por servidor do Município de Portão, esta se dará até 24h da sessão pública.
- 7.3 O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 - DA ADJUDICAÇÃO:

- 8.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendolhe adjudicado o objeto do certame.
- 8.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 8.3 O licitante declarado vencedor deverá apresentar ao pregoeiro, no prazo máximo de 48 horas após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado com os valores unitário e total dos itens conquistados.
- 8.4 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 9.1 Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.
- 9.2 Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 9.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- 9.4 As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital.
- 9.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



10.1 - As despesas oriundas do presente instrumento serão suportadas com recursos provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

NÚMERO	SETOR	SECRETARIA
1793-3339030070000	Gêneros Alimentícios	SEME
2551-3339030070000	Gêneros Alimentícios	SEME

11 - DAS PENALIDADES:

- 11.1 O não cumprimento das obrigações previstas nesta licitação pelo proponente vencedor, sujeitará o mesmo às seguintes sanções administrativas e penalidades legais previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93:
- 11.1.1 Multa equivalente a 10% do valor da proposta pelo atraso injustificado no cumprimento do fornecimento.
- 11.1.2 Impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 11.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 11.1.4 Descredenciamento do Cadastro de Fornecedores desta municipalidade pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 11.2 As penalidades acima referidas poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.3 Na aplicação das penalidades previstas, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal n° 8.666/93.
- 11.4 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- 12.1 De acordo com a Lei Complementar nº 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fica estabelecido que:
- 12.1.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 7 (sete), para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 12.1.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito da certidão negativa.
- 12.1.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou, se for o caso, revogar a licitação.



- 12.1.4 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 12.1.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 12.1.6 Na modalidade de Pregão, o intervalo percentual estabelecido no item anterior será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 12.2 Para efeito do disposto do subitem 12.1.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 12.2.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 12.2.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos subitens 12.1.5 e 12.1.6, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.
- 12.2.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens 12.1.5 e 12.1.6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 12.2.4 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 12.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 12.2.5 O disposto no item 12.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 12.2.6 No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 13.1 Qualquer informação ou dúvida de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Portão, Setor de Licitações, sito à Rua 9 de Outubro, 229, centro, ou pelo telefone (51) 3500-4200, no horário compreendido entre as 9h às 16h.
- 13.2 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-seão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Licitações.
- 13.3 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.
- 13.4 Para agilizar os trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço, os números telefone/fax e e-mail (se houver).



- 13.5 O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Portão, dentro do limite permitido pelo Art. 65, § 1°, da Lei Federal n° 8666/93, sobre o valor inicial contratado.
- 13.6 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 13.7 A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (Art. 49, da Lei Federal n° 8666/93).
- 13.8 São anexos deste edital:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO A HABILITAÇÃO

ANEXO IV - MODELO DE DECLRAÇÃO PARA ME e EPPs

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO (Artigo 7°, inciso XXXIII da C.F.)

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO A IDONEIDADE

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

13.9 - Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Portão/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

	Portão/RS, 22 de Maio de 2018.
JOÃO CARLOS BLUM	JOSÉ RENATO DAS CHAGAS
Pregoeiro	Prefeito Municipal



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Qtd.	Und	Descrição do Produto	R\$ / Unit Máximo
01	2.500	kg	Coxa e sobre-coxa de frango, congelada, embalagem de 1 kg, validade mínima de 3 meses.	5,47
02	800	kg	Peito de frango com osso, congelado, embalagem de 1 kg, validade mínima de 3 meses.	6,09
03	210	kg	File de merluza moído, sem espinhas, congelado, embalagem de 500g, validade mínima de 3 meses.	22,50
04	670	dz	Ovo branco, tamanho médio.	5,19
05	1.800	kg	Queijo prato, fatiado, fatias de no máximo 25g, embalagem com máximo de 500g, validade mínima de 3 meses.	23,44
06	7.600	1	Bebida láctea integral, sabor morango, pronto para beber, embalagem plástica tipo sachet de 900 à 1.000ml, validade mínima de 3 meses. Observação: Apresentar amostra do item na sessão pública, sob pena de desclassificação do item.	4,50
07	3.150	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura, moída, congelada, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	20,19
08	1.800	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura, cortada em cubos de 60 à 80g, congelada, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	21,96
09	1.300	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura, cortada em iscas finas para carreteiro, congelada, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	22,74
10	320	kg	Bife de figado bovino, sem pele, de primeira, em porções de 60 à 80g, congelado, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	14,89
11	1.200	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura, cortada em bifes de 60 à 80g, congelado, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	23,13
12	850	kg	Carne suína, cortada em iscas finas de pernil, com no máximo 4% de gordura, congelada, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	18,50
13	550	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura, cortada em escalope de 30 à 40g, congelada, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	23,50
14	440	kg	Carne bovina de segunda, sem osso e sem gordura, cortada em cubos de 60 à 80g, congelada, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3 meses.	18,80
15	1.350	kg	Mortadela magra, fatias de 25 à 30g, congelada, pacotes de 200g, validade mínima de 3 meses.	8,70

Portão/RS, 22 de Maio de 2018.

JOÃO CARLOS BLUM Pregoeiro

JOSÉ RENATO DAS CHAGAS Prefeito Municipal



ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018

CREDENCIAMENTO

rezados Senhores,
empresa, com sede na, inscrita no
NPJ sob n°, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)
, através da presente credencial, constitui, para os fins de
epresentação perante aos procedimentos do Pregão Presencial nº 31/2018, realizada pela Prefeitura
Municipal de Portão, o(a) Sr(a), portador(a) da cédula de identidade sob no
, com amplos poderes de decisão, podendo, para tanto, praticar todos os atos
ertinentes a esta modalidade de licitação, e, em especial, podendo formular lances e ofertas, declarar a
ntenção ou renunciar ao direito de interpor recurso, prestar esclarecimentos, receber notificações e
ntimações, enfim, em nome desta empresa defender todos nossos direitos e interesses.
(Município), dede 2018.

Denominação social ou carimbo da Licitante com assinatura do representante legal

* Reconhecer Firma



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018

DECLARAÇÃO

Prezados Senhores,

Tendo examinado o edital, nós abaixo-assinados, declaramos junto ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Portão que, cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do envelope n° 2 (Documentos de Habilitação), em conformidade com o Inciso VII, do Art. 4°, da Lei Federal n° 10.520/02, para participação no Pregão Presencial de n° 31/2018.

..(Município).., ... de de 2018.



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Prezados Senhores,
A empresa, inscrita no CNPJ sob n°, com sede na portion por intermédio de seu responsável (contador ou técnico
contábil), Sr(a), inscrito no CPF sob n° DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação deste certame , que:
) é considerada microempresa, conforme inciso I, do artigo 3°, da Lei Complementar n° 123/06;
() é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II, do artigo 3°, da Lei Complementar n° 123/06.
() é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$3.600.000,00, tendo assim, direito ao benefícios previstos no Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/06.
Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4°, do artigo 3°, da Lei Complementar nº 123/06.
(Município), de de 2018.

Carimbo e assinatura do **Contador**



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto constante do Pregão Presencial nº 31/2018, acatando todas as estipulações consignadas no edital, conforme abaixo:

Razão Social:	Telefone/fax:
Endereço:	e-mail:
CEP:	Contato:
Município:	CNPJ:
Estado:	Inscrição Estadual:

Prazo de entrega: Conforme edital. Prazo de pagamento: Conforme edital. Validade da proposta: Conforme edital

Item	Qtd.	Und	Descrição do Produto	R\$/Unit.	R\$/Total
01	2.500	kg	Coxa e sobre-coxa de frango, congelada, embalagem de 1		
			kg, validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
02	800	kg	Peito de frango com osso, congelado, embalagem de 1 kg,		
			validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
03	210	kg	File de merluza moído, sem espinhas, congelado,		
			embalagem de 500g, validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
04	670	dz	Ovo branco, tamanho médio.		
			Marca:		
05	1.800	kg	Queijo prato, fatiado, fatias de no máximo 25g, embalagem		
			com máximo de 500g, validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
06	7.600	1	Bebida láctea integral, sabor morango, pronto para beber,		
			embalagem plástica tipo sachet de 900 à 1.000ml, validade		
			mínima de 3 meses.		
			Marca:		
07	3.150	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura,		
			moída, congelada, pacotes com 1 kg, validade mínima de 3		
			meses.		
			Marca:		
08	1.800	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura,		
			cortada em cubos de 60 à 80g, congelada, pacotes com 1		
			kg, validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		



		1		1	
09	1.300	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura,		
			cortada em iscas finas para carreteiro, congelada, pacotes		
			com 1 kg, validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
10	320	kg	Bife de figado bovino, sem pele, de primeira, em porções		
			de 60 à 80g, congelado, pacotes com 1 kg, validade mínima		
			de 3 meses.		
			Marca:		
11	1.200	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura,		
			cortada em bifes de 60 à 80g, congelado, pacotes com 1 kg,		
			validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
12	850	kg	Carne suína, cortada em iscas finas de pernil, com no		
			máximo 4% de gordura, congelada, pacotes com 1 kg,		
			validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
13	550	kg	Carne bovina de primeira, com no máximo 4% de gordura,		
		8	cortada em escalope de 30 à 40g, congelada, pacotes com 1		
			kg, validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
14	440	kg	Carne bovina de segunda, sem osso e sem gordura, cortada		
		8	em cubos de 60 à 80g, congelada, pacotes com 1 kg,		
			validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		
15	1.350	kg	Mortadela magra, fatias de 25 à 30g, congelada, pacotes de		
13	1.550	Ng.	200g, validade mínima de 3 meses.		
			Marca:		

..(Município).., ... de de 2018.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Prezados Senhores,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Presencial nº 31/2018 que, em cumprimento ao disposto no inciso V, do Art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho.

Ressalva: Emprega menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. ()
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.	
(Município), de de 2018.	



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2018

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores,				
	, inscrita	médio de seu	representante	legal, Sr(a)
CPF n°	DECLARA, sob as penas d a, não ocorreu nenhum fato	la Lei, nos termos d	o § 2°, do Art. 32,	da Lei Federal n°
	(Município), d	le de 20	018.	



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO Nº ../2018 FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTÃO/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede Nesta Cidade, na Rua 9 de Outubro, 229, centro, inscrita no CNPJ sob n° 87.344.016/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ RENATO DAS CHAGAS, brasileiro, casado, funcionário público aposentado, residente e domiciliado Nesta Cidade, na Travessa Fátima, 101, Vila Aparecida, bairro Portão Velho, inscrito no CPF sob n° 285.212.500-83 e CI n° 6021155277, expedida pela SSP/RS.

CONTRATADA:

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas, doravante somente designadas CONTRATANTE e CONTRATADA, ajustam o fornecimento de gêneros alimentícios, tendo como fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do edital Pregão Presencial n° ../2018, em conformidade com as disposições da Lei Federal n° 10.520/02, Lei Municipal n° 1.663/05 e Decreto Municipal n° 409/05 e, subsidiariamente a Lei Federal n° 8.666/93, bem como pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1 - DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto o fornecimento de carne de gado, carne de frango, fiambreria e outros afins, da CONTRATADA ao CONTRATANTE, destinados às escolas municipais de ensino fundamental e infantil, Quilombolas, EJA e Mais Educação, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Item	Qtd.	Und	Descrição do Produto	R\$ / Unit.

- 1.2 Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados bem como seus eventuais anexos, os quais, nesse ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado, a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de .../..../18, e os novos preços definidos por lance conforme consignados na ata que registrou aqueles lances.
- 1.3 A critério exclusivo da CONTRATANTE, o objeto do presente contrato poderá sofrer supressões, ou acréscimos, de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades acima ajustadas, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento. Reduções maiores do que 25% (vinte e cinco por cento) somente serão aceitas se decorrente de acordo celebrado entre as partes.

2 - DA ENTREGA e PAGAMENTO:

2.1 - Da Entrega:

- 2.1.1 A CONTRATADA entregará os produtos parceladamente, até 14 de Dezembro de 2018, conforme programação e solicitação do Município, atendendo quantidades e prazos.
- 2.1.2 A CONTRATADA entregará os produtos diretamente nos estabelecimentos de ensino da rede municipal, perfazendo a distância aproximada de 70 km de deslocamento para as 24 (vinte quatro) escolas de



ensino fundamental e de 20 km de deslocamento para as 4 (quatro) escolas de ensino infantil, contados da sede administrativa do Município.

- 2.1.3 A CONTRATADA entregará os produtos em embalagens plásticas transparentes, seguindo rigorosamente as recomendações do Manual de Boas Práticas do Município.
- 2.1.4 Os produtos fornecidos pela CONTRATADA estarão sujeitos a vistorias periódicas, quanto a sua qualidade e apresentação (embalagem, sabor, textura, cor, composição e aparência em geral), atividade esta executada pela equipe de nutrição do Município, juntamente com membros do Conselho de Alimentação Escolar CAE, sendo que resultados negativos implicarão em penalidades à licitante.

2.2 - Do Pagamento:

- 2.2.1 Os pagamentos dos produtos entregues pela CONTRATADA, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias pela CONTRATANTE, sem qualquer correção, contados da entrega do pedido, mediante conferência e aceitação da SEME, em moeda vigente do país.
- 2.2.2 O valor a ser pago, corresponderá às quantificações entregues, em cada momento.
- 2.2.3 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

3 - DO RECEBIMENTO:

3.1 - O objeto desse contrato somente será recebido, nos termos do Art. 73, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº 8666/93, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes do edital.

4 - DO VALOR e RECURSOS:

- 4.1 Do Valor:
- 4.1.2 O valor contratado não será reajustado durante a vigência do contrato, salvo, a necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado, conforme disposto no Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2 - Dos Recursos:

4.2.1 - As despesas decorrentes do presente ajuste correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

NÚMERO	SETOR	SECRETARIA
1793-3339030070000	Gêneros Alimentícios	SEME
2551-3339030070000	Gêneros Alimentícios	SEME

5 - DOS DIREITOS e OBRIGAÇÕES:

5.1 - Dos Direitos:



5.1.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato na condição avençada e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

5.2 - Das Obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1 Substituir, a pedido dos estabelecimentos de ensino, os produtos considerados impróprios para consumo, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas.
- 5.2.2 Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal, e o FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, através da apresentação do Certificado de Regularidade em vigor.

6 - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES:

6.1 - Da rescisão:

6.1.1 - O contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão ou transferência, total ou parcial, a terceiros.

6.2 - Das Sanções:

- 6.2.1 O não cumprimento das obrigações previstas neste instrumento pela CONTRATADA, sujeitará a mesma as seguintes sanções administrativas e penalidades legais previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93:
- 6.2.1.1 Multa equivalente a 10% do valor da proposta pelo atraso injustificado no cumprimento do fornecimento.
- 6.2.1.2 Impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 6.2.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 6.2.1.4 Descredenciamento do Cadastro de Fornecedores desta municipalidade pelo prazo de até 5 (cinco) anos consecutivos.
- 6.2 As penalidades acima referidas poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 6.3 Na aplicação das penalidades previstas, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.4 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7 - DAS RESPONSABILIDADES:

7.1 - Constituem responsabilidades das partes aquelas previstas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.



8 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

- 8.1 A fiscalização do presente instrumento será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, através do Sr^a. CARMEN LAURITA MATTOS DE MAGALHÃES, inscrita no CPF sob n° 522.123.860-87, que poderá embargar, no todo ou em parte o fornecimento do produto contratado.
- 8.2 A gestão do presente instrumento será exercida pelo Sr. CLÉRIO VON MUHLEN.

9 - DO FORO:

- 9.1 As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.
- 9.2 E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

	Portão/RS, de de 2018.
JOSÉ RENATO DAS CHAGAS Prefeito Municipal	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	